

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA



Demonstrações Financeiras Conglomeradas

30 de junho de 2018

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

ATIVO		NE	30/06/2018	30/06/2017
CIRCULANTE			35.684	45.691
Caixa e Bancos	4		50	133
Títulos e Valores Mobiliários	5		17.631	33.286
Serviços Prestados a Receber			71	76
Operações de Crédito	6		14.629	9.879
Adiantamento e Antecipações Salariais			40	26
Impostos a Recuperar	7		1.689	413
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	8		341	428
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9		891	779
Devedores Diversos - País			52	294
Despesas Antecipadas			42	36
Diversos			248	341
Não Circulante			40.609	33.259
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	8		1.815	3.682
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9		6.844	6.008
Operações de Crédito	6		8.167	666
Impostos Diferidos a Compensar			189	205
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	10		11.158	10.797
Títulos e Valores Mobiliários	5		0	0
Aplicações em Quotas de Consórcios	11		200	1.677
Empréstimos a Grupos	12		10.596	8.786
Devedores por Depósito em Garantia			203	328
Investimentos em Imóveis			336	0
Imobilizado em Uso	13		1.050	1.051
Intangível	13		51	59
Total do Ativo			76.293	78.950

PASSIVO				
		NE	30/06/2018	30/06/2017
CIRCULANTE			45.417	49.670
	Recursos de aceites cambiais		7.165	0
	Dividendos a Pagar		0	0
	Fiscais e Previdenciárias	14	807	1.017
	Provisão para Pagamentos a Efetuar		152	163
	Provisão para Férias c/Encargos		249	488
	Credores Diversos - País		2.530	1.759
	Recursos a Devolver a Consorciados	15	34.087	45.805
	Provisão p/Contingências Trabalhistas	16	427	438
NÃO CIRCULANTE			12.960	11.197
	Provisão s/Lucro Diferido		987	0
	Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	17	11.158	10.797
	Recursos de aceites de cambias		615	40
	Receitas de exercícios futuros		200	360
PATRIMONIO LIQUIDO			17.916	18.083
	Capital Social		10.000	10.000
	Reserva de Capital		510	510
	Reservas de Reavaliação		242	242
	Reservas de Lucros	18	7.164	7.331
Total do Passivo			76.293	78.950

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO			
	NE	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.770	3.160
RENDAS OPERAÇÕES DE CREDITO		2.239	1.461
RESULTADO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	19	531	1.699
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-350	-165
OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO		-159	-37
PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		-191	-128
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.420	2.995
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		-1.996	36
RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO	20	8.093	9.029
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO		225	15
DESPESAS DE PESSOAL	21	-1.931	-2.753
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21	-2.306	-4.140
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	23	-5.880	-1.446
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		530	341
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		-539	-558
DESPESAS FINANCEIRAS	22	-196	-452
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO		8	0
RESULTADO OPERACIONAL		424	3.031
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		424	3.031
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	24	-112	-661
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	-96	-310
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		3	
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		3	0
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		213	2.060
LUCRO POR AÇÃO		0,04	0,37

FLUXO DE CAIXA		
	01/01/2018	01/01/2017
	a	a
	30/06/2018	30/06/2017
Fluxo das Atividades Operacionais	-580	2.577
Resultado Líquido do Exercício	213	2.060
Ajustes ao Resultado:		
Resultado de exercícios futuros	-58	115
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	191	128
Resultado Abrangente	0	2.250
Despesas de Depreciação e Amortização	28	31
Baixas Imobilizado	21	0
Provisão para Contingências Trabalhistas	1	20
Impostos Diferidos a Compensar	12	-19
Variações no Ativo Circulante		
Títulos e Valores Mobiliários	-1.990	-96
Operções de Crédito	-7.492	-5.258
Serviços Prestados a Receber	-64	59
Adiantamento e Antecipações Salariais	-8	-2
Impostos a Recuperar	-263	388
Devedores p/ Compras de Bens	0	27
Devedores p/Compras Participações	-12	-403
Devedores Diversos - País	627	-102
Despesas Antecipadas	-19	-28
Outros Créditos	-203	201
Variações no Passivo Circulante		
Aumento em Recursos de aceites cambiais	9.210	3.955
Fiscais e Previdenciárias	-37	253
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2	-115
Provisão Férias e 13º Salário	120	386
Credores Diversos - País	-1.076	363
Recursos a Devolver a Consorciados	-442	-2.548
Variações no Ativo Não Circulante		
Devedores p/ Compra de Bens	181	116
Devedores p/Compras Participações	176	862
Aplicações em Cotas de Consórcios	0	270
Empréstimos a Grupos	-673	-341
Devedores por Depósito em Garantia	-12	5
Variações no Passivo Não Circulante		
Fiscais e Previdenciárias	987	0
Fluxo das Atividades de Investimento	-2.142	-5.033
Títulos e Valores Mobiliários	-1.975	-5.027
Investimentos em Imóveis	-162	-6
Aquisição de Imobilizado	-5	0
Fluxo das Atividades de Financiamento	-1.039	-4.703
Dividendos Propostos/Pagar	-1.039	-4.295
Juros sobre Patrimônio	0	-408
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	-3.761	-7.159

Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	18.109	39.465
No Final do Exercício	14.348	32.273
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	-3.761	-7.192

	Capital Social	Reserva Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Aumento de Capital	Lucros/Prejuízos Acumulados	Lucros Retidos	Lucros Acumulados	Totais
Saldo em 31/12/2016	10.000	510	279	782	771	230	5.609	-	18.181
Pagamentos Dividendos Suplementares								(4.000)	(4.000)
Reversão Reserva de Lucros Retidos						(4.000)		4.000	-
Resultado do Período						-		2.060	2.060
Juros sobre Capital Próprio distribuídos						-		(408)	(408)
Resultados Abrangentes						-		2.250	2.250
Destinação do Resultado						-		-	-
Reserva de Lucros Retidos						3.689		(3.689)	-
Saldo em 30/06/2017	10.000	510	279	782	771	230	5.298	213	18.083
Saldo em 31/12/2017	10.000	510	451	1.012	771	230	4.729	-	17.703
Resultado do Período							-	213	213
Reserva de Lucros Retidos							193	(193)	-
Saldo em 30/06/2018	10.000	510	451	1.012	771	230	4.922	20	17.916

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (EM R\$ MIL)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Sinosserra (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”) opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de crédito e administração de consórcio para aquisição de bens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresas	Atividades	Domicílio	Controladas	Participação conglomerado - % (direta e indireta)
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de Consórcios	Brasil	-	100%
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Operações de crédito, financiamento e investimento	Brasil	-	100%

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Sinosserra Administradora de Consórcio	61.794	49.622	12.172	193
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	26.493	20.749	5.744	20
Ajustes e Eliminações	11.994	11.994		
Demonstrações Financeiras Conglomeradas	76.293	58.377	17.916	213

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial prevê a eliminação de saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente.

g) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

g.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

g.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

h) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 13, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES

São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

	30/06/2018	30/06/2017
Caixa	-	2
Bradesco	50	118
Banrisul	-	13
	50	133

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão classificadas conforme disposição abaixo:

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>30/jun/18</u>	<u>30/jun/17</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	11.798	22.691
Títulos de Renda Fixa	5.833	10.595
Total de Títulos e Valores Mobiliários	17.631	33.286

NOTA 6 - CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

A composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

Nível de risco	%	30/06/2018		30/06/2017	
		Saldo Carteira	Prov. (-)	Saldo Carteira	Prov. (-)
A	0,5%	20.475	(102)	10.412	(52)
B	1,0%	2.189	(22)	69	-
C	3,0%	162	(5)	33	(1)
D	10,0%	51	(5)	15	(1)
E	30,0%	42	(13)	11	(3)
F	50,0%	42	(21)	24	(12)
G	70,0%	23	(16)	39	(28)
H	100,0%	176	(176)	73	(73)
Total		23.156	(360)	10.716	(171)

As operações de crédito são compostas por empréstimos nas modalidades crédito pessoal e crédito consignado, e por financiamentos nas modalidades de CDC e Vendor.

	30.06.2018	30.06.2017
Circulante	14.629	9.879
Realizável a Longo Prazo	<u>8.167</u>	<u>666</u>
Total	<u>22.796</u>	<u>10.545</u>

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	30.06.2018	% da carteira	30.06.2017	% da carteira
10 Maiores Devedores	966.729	4,17%	1.074.491	10,03%
50 Maiores Devedores	2.254.518	9,74%	1.688.498	15,76%
100 Maiores Devedores	2.166.849	9,36%	1.057.965	9,87%
Demais Clientes	17.773.239	76,73%	6.907.148	64,34%

NOTA 7 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Abaixo seguem impostos a recuperar registrado nessa rubrica.

<u>Impostos a Recuperar</u>	<u>30/jun/18</u>	<u>30/jun/17</u>
Impostos diferidos a compensar	443	413
Saldo negativo exercícios anteriores	1246	-
Total Impostos a recuperar	<u>1.689</u>	<u>413</u>

NOTA 8 - DEVEDORES P/ COMPRA DE BENS

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios S/A, referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

NOTA 9 - DEVEDORES P/ COMPRA DE PARTICIPAÇÕES

Nesta rubrica estão registrados os seguintes valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios: venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda, valor de R\$ 661, para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra, sendo que a última parcela vence em abril de 2020; venda da participação na empresa Therreno participações Ltda em junho de 2016 a empresa Themar Participações Ltda no valor de R\$ 5.595; e a venda a controladora de ações em tesouraria em 12/2016 no valor de R\$ 1.479.

NOTA 10 - RECURSOS AJUIZADOS GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta "Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante".

NOTA 11 - APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 13 - IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens. A composição do imobilizado na data do Balanço bem como as depreciações encontram-se demonstradas a seguir:

a) Imobilizado

CONSOLIDADO							
	Saldo Inicial 31/dez/2017	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 30/junh/2018	Depreciação Acumulada	Saldo residual 30/jun/2018	Saldo residual 30/jun/2017
Terrenos	305			305		305	305
Prédios e Benfeitorias	555	3		558	5	553	559
Veículos	123		21	102	4	98	91
Computadores e Periféricos	30	1		31	4	27	27
Móveis e Utensílios	77	1		78	11	67	69
Total Imobilizado	1.090	5	21	1.074	24	1050	1.051

b) Intangível

	Taxa Depreciação	Saldo Inicial 31/dez/2017	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 30/junh/2018	Depreciação Acumulada	Saldo residual 30/jun/2018	Saldo residual 30/jun/2017
Marcas e Patentes	10,00%	10			10	5	5	9
Direito de Uso e Proc de Dado	20%						0	1
Direito de Uso de Software	20%	46			46		46	49
Total Intangível		56			56	5	51	59

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS E RPROVISÕES DIVERSAS

Abaixo seguem obrigações a pagar:

Obrigações Sociais e Fiscais	30/jun/2018	30/jun/2017
Imposto de renda retido na fonte	78	69
IRPJ/CSLL a recolher	0	450
Retenções e contribuições	235	32
INSS a recolher	64	98
ISS a recolher	76	63
FGTS a recolher	21	27
PIS e COFINS a recolher	158	128
Obrigações com salários	175	150
Total Obrigações Sociais e Fiscais	807	1.017

NOTA 15 – RECURSOS A DEVOLVER CONSORCIADOS

Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

NOTA 16 - PROVISÕES TÉCNICAS E TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES AJUIZADAS GRUPOS ENCERRADOS

As obrigações ajuizadas são valores registrados na empresa Sinosserra Administradora de Consórcios e referem-se a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) CAPITAL SOCIAL**

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, teve suas atividades iniciadas em novembro de 2015, tendo a constituição do capital nesse mesmo ano no valor de R\$ 5.500 mil.

A Sinosserra Administradora de Consórcios S.A. – Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

A Sinosserra Administradora de Consórcios S/A possui nessa rubrica valores de reavaliação de seus imóveis levando os mesmos a valor de mercado.

c) RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros é composta da forma abaixo:

	30/jun/2018	30/jun/2017
Reserva subscrição de ação	510	510
Reserva de reavaliação	242	242
Reserva legal	1.012	781
Reservas estatutárias	6.152	6.550
Reserva para aumento de capital social	772	772
Reserva para amortização de prejuízos	230	230
Reserva para Lucros Retidos	5.150	5.548

NOTA 19 - RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Sinosserra CFI		Sinosserra Consórcios	
	30/jun/18	30/jun/17	30/jun/18	30/jun/17
Aplicação em CDB	-	-	193	312
Fundos de Investimento	61	57	277	1.330
	61	57	470	1.642

NOTA 20 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A empresa Sinosserra Administradora de Consórcios tem por objeto a administração de grupos de consórcios, reunião de pessoas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. A Receita de Prestação de Serviços auferida pela empresa é a remuneração pela administração mencionada acima.

NOTA 21 - DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

	CONSOLIDADO	
	30/jun/18	30/jun/17
Despesas Operacionais e Administrativas		
Despesas Fixas	121	521
Despesas Semi-fixas	1.071	342
Despesa com pessoal	1.931	2.755
Despesas Variáveis	1.114	3.275
Total Despesas Operacionais e Administrativas	4.237	6.893

NOTA 22 - DESPESAS FINANCEIRAS

	30/jun/18	30/jun/17
Despesas Financeiras		
Juros e despesas financeiras	124	297
Variação monetária	72	155
Total Despesas Financeiras	196	452

NOTA 23 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/jun/18	30/jun/17
Despesas Tributárias		
PIS/COFINS	887	973
Impostos Municipais	416	452
Outros Impostos	4.577	21
Total Despesas Tributárias	5.880	1.446

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e contribuição social são compostos conforme segue:

	30/jun/18	30/jun/17
IRPJ e CSLL		
IRPJ	113	660
CSLL	95	311
Total do IRPJ e CSLL	208	971

NOTA 25 - LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basiléia)

No exercício findo em 30 de junho de 2018, a Sinosserra Financeira S/A – CFI encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme normas e instruções estabelecidas pela resolução 2º 2099/94 e legislação complementar do Banco central do Brasil. Com um Patrimônio de Referência – PR de R\$ 9.469.032 apresentou Índice de Basiléia de 16,26%.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo Sinosserra possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos, composto pelos membros de sua Diretoria, cada risco conta com um diretor responsável, devidamente registrado no BACEN. A Instituição preza pelo monitoramento constante de seus riscos estabelecendo políticas e práticas que resultem na maximização da eficiência no uso do capital contribuindo para a escolha das oportunidades de negócios.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

I – RISCO DE CREDITO

O Grupo Sinosserra, em consonância com a Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil, e visando atender a todos os requisitos regulatórios, possui adequada estrutura de Gestão do Risco de Crédito, que permite o controle dos possíveis riscos em que a Financeira esteja incorrendo, compreendendo principalmente procedimentos que são analisados periodicamente pelo Comitê de Crédito.

II – RISCO OPERACIONAL

O estabelecimento de controles internos é fundamental para a gestão eficiente do risco operacional, logo, o Grupo Sinosserra avalia todos os produtos, serviços, processos, sistemas, unidades/atividades e pessoas sob o enfoque de risco operacional.

III – RISCO DE MERCADO

O Grupo Sinosserra avalia mensalmente o comportamento das taxas de juros projetadas para os próximos anos e a sua relação com as taxas pré-fixadas utilizadas pela Instituição, visando minimizar ou eliminar riscos de variação que prejudiquem o resultado da instituição.

A mitigação deste risco tem como componente a diversificação dos riscos e estabelecimento de spreads mínimos pretendidos nas operações/produtos, mantendo equilíbrio na relação risco/retorno.

IV – RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo Sinosserra entende que é imprescindível a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

V – RISCO DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Para assegurar a existência de uma estrutura de gestão de capital a Instituição realiza a definição de metas e limites que possibilite o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos

Guilherme Zugno Reis
DIRETOR

Katia Cristina Reichert de Andrade
CONTADORA